

Operação expõe elo de Jaques Wagner com Banco Master

Investigação tem conexão com casos denunciados pelo Correio da Manhã

Por Beatriz Matos

A Polícia Federal chegou nesta quinta-feira (18) a um dos nomes mais influentes do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no Congresso Nacional. Na nona fase da Operação Compliance Zero, investigadores cumpriram mandados que tiveram como um dos alvos o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), apontado em decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) como possível beneficiário de vantagens econômicas relacionadas ao grupo investigado no caso Banco Master.

Durante as buscas realizadas em endereço ligado ao senador, no Brasília Palace Hotel, em Brasília, os agentes apreenderam cerca de US\$ 49 mil em espécie e 13 relógios. Além das buscas, o ministro do STF André Mendonça, relator do caso, determinou uma série de medidas cautelares, incluindo a proibição de contato entre Wagner e outros investigados e a vedação de qualquer atuação econômica junto a empresas apontadas como integrantes da estrutura sob investigação.

A decisão descreve três frentes principais que sustentam a investigação: a suposta entrega de vantagens econômicas ao senador, incluindo um apartamento de luxo em Salvador; pagamentos milionários para empresas ligadas ao núcleo familiar de Wagner, e indícios de atuação parlamentar em temas considerados estratégicos para o Banco Master, especialmente no mercado de crédito consignado, no Fundo Garantidor de Créditos (FGC) e nas discussões envolvendo a venda da instituição ao Banco de Brasília (BRB).

CredCesta

O avanço da investigação representa um novo capítulo de um caso que já havia chegado à Bahia por outro caminho: os créditos consignados associados ao CredCesta, produto que se tornou um dos principais ativos do Banco Master e que está no centro das denúncias exclusivas publicadas pelo Correio da Manhã sobre empréstimos vinculados a servidores públicos, especialmente professores da rede pública estadual de ensino da Bahia, que afirmam jamais ter contratado as operações.

Antes mesmo da operação desta quinta ser deflagrada, porém, Wagner já havia demonstrado incômodo com o avanço das investigações. Por ironia do destino, ou talvez por já sentir que a tempestade se aproximava, o senador Jaques Wagner aproveitou a sessão do Senado des-



Carlos Moura/Agência Senado

Decisão de Mendonça aponta três frentes de possível envolvimento de Wagner

ta semana em que o presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-PB), se defendia das revelações envolvendo Daniel Vorcaro para ensaiar a própria defesa.

Na mesma sessão em que Davi Alcolumbre reagiu às revelações envolvendo Daniel Vorcaro, o líder do governo Lula saiu em defesa do presidente do Congresso e também de si próprio.

“Eu estou muito à vontade porque não tenho nenhuma relação com ele. Conheci esse senhor duas vezes, uma vez em Salvador e uma vez em São Paulo. Não tenho nenhuma relação com ele, não tenho nenhum negócio”, afirmou.

Wagner também atacou a delação de Vorcaro, classificando como absurda a divulgação de informações que, segundo ele, sequer teriam sido homologadas. “Se for rejeitada a delação, ela deveria ter sido picotada em uma daquelas máquinas de picote”, disse.

Dois dias depois, porém, a Polícia Federal colocaria o senador no centro de uma nova frente da investigação. A decisão que embasou a operação cita mensagens de celular, áudios, chamadas de voz, registros de viagens, transferências bancárias, documentos societários e negociações envolvendo um apartamento de luxo em Salvador. Para os investigadores, o material aponta indícios de uma relação próxima entre Wagner e Augusto Ferreira Lima, apontado como um dos principais operadores do grupo investigado no caso Banco Master.

Raízes baianas

Muito antes de o Banco Master se tornar alvo da maior investigação financeira em andamento no país, a história passava pela Bahia.

Quando Wagner era governa-

Lula Marques/Agência Brasil.



Também na berlinda, Alcolumbre prestou solidariedade

dor e Rui Costa ocupava posições estratégicas na administração estadual, Augusto Lima, sócio de Daniel Vorcaro, ganhou espaço no mercado baiano. Foi nesse período que ocorreu a venda da Empresa Baiana de Alimentos (Ebal), operação vencida por Augusto Lima.

Mais tarde, surgiria o CredCesta, cartão consignado destinado principalmente a servidores públicos estaduais. O produto cresceu rapidamente e chamou a atenção de Daniel Vorcaro.

Em depoimento à PF, o próprio Vorcaro atribuiu a Augusto Lima a estruturação da operação de consignados que se transformaria em um dos principais motores de crescimento do Banco Master. Segundo o empresário, foi Augusto quem levou a expertise do setor para dentro da instituição e ajudou a transformar o consignado em um dos ativos mais importantes do banco.

As investigações também apontam que, durante o governo Rui Costa, mudanças nas regras estaduais limitaram a portabilidade de dívidas dos servidores públicos, fortalecendo ainda mais a posição do CredCesta nesse mercado.

É justamente esse ambiente que

agora volta ao centro das investigações. As apurações do Correio da Manhã identificaram professores da rede estadual baiana e até um policial militar aposentado do Distrito Federal que descobriram empréstimos vinculados aos seus CPFs sem contratação, sem recebimento de valores e sem qualquer autorização formal. Apesar disso, os registros apareciam normalmente nos sistemas financeiros e comprometiam a margem consignável das vítimas.

Um grupo de professores da rede estadual da Bahia, do município de Vitória da Conquista, descobriu a existência de empréstimos consignados vinculados aos seus CPFs. Um dos docentes informou que só identificou o problema ao consultar o sistema do Banco Central, onde constava um empréstimo de quase R\$ 10 mil atribuído ao Banco Master, sem qualquer autorização. Após o alerta circular em grupos internos da categoria, outros professores concursados passaram a relatar dívidas semelhantes.

Apartamento oculto

Outros dos principais eixos da investigação envolve o apartamento 1702 do empreendimento Poème Horto, em Salvador. Segundo a Polícia Federal, Jaques Wagner encaminhou diretamente a Augusto Ferreira Lima o contato do corretor responsável pela venda, os dados do empreendimento e o valor da unidade: cerca de R\$ 2,45 milhões. Logo em seguida, Augusto teria acionado operadores financeiros ligados ao grupo para estruturar a aquisição do imóvel.

A investigação sustenta que a compra foi formalizada pela empresa Epítome S.A., abastecida com recursos provenientes de fundos ligados ao grupo econômico inves-

tigado. Para a PF, a estrutura seria compatível com mecanismos utilizados para ocultar o verdadeiro beneficiário da operação.

A relação entre Wagner e Augusto Lima também aparece em registros de viagens em aeronaves privadas disponibilizadas pelo empresário, além da aquisição de ingressos para shows internacionais destinados a familiares do senador. Apenas um dos pacotes de ingressos citados pelos investigadores teria custado R\$ 63,3 mil.

Dinheiro

A segunda frente da investigação envolve repasses financeiros para empresas ligadas ao entorno familiar de Jaques Wagner. Segundo a PF, a BN Financeira Ltda., empresa vinculada ao núcleo familiar do senador, recebeu uma transferência de R\$ 3,5 milhões da PKL One Participações S.A., companhia associada ao grupo de Augusto Lima e ao CredCesta.

A decisão menciona ainda diálogos nos quais Eduardo Mendonça Sodré Martins, enteado de Wagner, cobrava pagamentos pendentes de Augusto Lima. Em uma dessas conversas, o empresário atribuiu as dificuldades financeiras ao fracasso da operação envolvendo a venda do Banco Master ao BRB.

A decisão também chama atenção para uma mensagem enviada por Augusto Lima ao senador em março deste ano, quando explicava detalhes da negociação envolvendo o Banco Master e o BRB. “Você mais do que ninguém sabe da minha história e faz parte disso”, escreveu Augusto. Para os investigadores, a frase sugere que Wagner não seria apenas um destinatário passivo de informações sobre o grupo econômico investigado.

Reações

Em nota, o senador afirmou que não é réu nem denunciado, negou ter atuado em favor do Banco Master e sustentou que o apartamento citado pela investigação jamais integrou seu patrimônio. Sobre os dólares apreendidos, informou que os valores são provenientes de diárias legais não utilizadas em missões internacionais oficiais.

Também nesta quinta-feira, Davi Alcolumbre prestou solidariedade ao líder do governo. “Tenho a convicção de que, no decorrer do processo, as verdades virão à tona”.

Já o presidente nacional do PT, Edinho Silva, afirmou que o partido apoia as investigações e mantém confiança de que Wagner esclarecerá os fatos.